

# DOMINGO

## Detergentes

Espuma continuará poluindo os rios se Governo mudar a lei. Página 9

## Usinas

Cientistas defendem a energia nuclear, apesar dos erros do acordo. Página 8

## Sexo

Educação sexual nas escolas tem um problema: quem vai ensinar? Página 7

## Comunicação

O Papa mostrou na Tevé que uma palavra pode valer por mil imagens. Página 10

## Ellwanger

O músico gaúcho luta por um lugar no mercado de São Paulo. Página 11

K2R00133

# Em defesa do índio

Desde o protesto contra o projeto de lei tramitando na Assembléia Legislativa em 63 que pretendia reduzir as terras

dos índios, o engenheiro-agrônomo Moysés Westphalen, 72 anos, viu-se promovido à categoria dos

«reformistas» e «visionários». As investidas de Westphalen não cessariam, contudo, ante tais qualificativos.

Ele continuou lutando: de representações contra o Governo até as dezenas de artigos em defesa do índio.

Houve outras violências como esta ocorrida em Nonoai? Westphalen — Sim. Em Ventarra, por exemplo. Ficava em Erechim e em 1911, tinha 753 hectares. Em 1962 foi extinta. Primeiro "emprestaram" 250 hectares para um patronato agrícola. Depois mandaram os índios embora. E a terra foi vendida. Assim foram "colonizados" os toldos de Caseiros, em Lagoa Vermelha; Serrinha, em Ronda Alta; Lagoão, em Soledade Guarani, em Santo Cristo, e mais uma reserva em Santa Rosa. Oficialmente foi expropriado uma área de 40.996 hectares.

JORGE OLAVO DE CARVALHO LEITE



Primeiro matavam os índios com bacamartes. Hoje usam veneno, dinamite, metralhadora

Por que o senhor começou a defender o índio? Westphalen — Por vários motivos. Sou filho do engenheiro Frederico Westphalen que foi chefe da Comissão de Terras e Colonização do Estado. Entre suas atribuições estava a de proteger os índios. Assim, com ele aprendi a respeitar os primeiros donos desta terra. Depois tem a minha formação republicana, positivista. Acredito na igualdade e na fraternidade. Para mim são mais do que palavras.

E quando transformou a teoria em prática passando para a efetiva defesa dos direitos dos índios?

Westphalen — Eu estava afastado do problema desde a juventude até que soube de um projeto de lei autorizando a venda da terra dos índios. Isso foi em 1963, quando a Assembléia Legislativa era dirigida pelo Cândido Norberto. Fiz então uma petição para que o Poder Legislativo rejeitasse o projeto de lei, o que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça. O Executivo não teve dúvidas: como não passou o projeto de lei, dividiu as terras por um ato administrativo baseado numa lei anterior que autorizou, lá por 1960, a divisão das reservas de Nonoai, Serrinha, Votoró, Guarita e Inhaçorá.

Mas o Estado tinha autoridade para dispor das reservas indígenas? Isso não era atribuição Federal?

Westphalen — O Governo do Estado fez um acordo com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pois estava de pleno acordo doutrinariamente com aquele órgão. Assim, executava aqui o que dizia o regulamento do SPI. E assim foi até 1940, com exceção do Toldo do Ligeiro que permaneceu sob administração federal. Este Toldo servia de modelo para os demais. Na verdade, não serviu pois faltavam recursos aos SPI.

E como o antigo SPI encarava a índio?

Westphalen — O índio era uma nação, um povo independente, um povo que morava aqui, tinha a sua terra. Nós chegamos depois e tínhamos, de respeitar um povo mais fraco, atrasado em relação à civilização ocidental. Então, por um princípio de fraternidade da República, era reconhecida a autonomia completa para o índio. E isso no regime temporal e espiritual. No que eles pensavam, na sua crença, na sua organização tribal. Nosso dever era respeitá-lo como respeitamos os povos mais fortes, os mais adiantados. Esse era o princípio político que orientava o SPI. O índio não formava um aglomerado de pessoas marginais. Cabia a nós respeitar e reconhecer o domínio da terra que eles ocupavam.

E esse respeito só começou com o SPI?

Westphalen — Isso vem sendo feito desde o tempo do Império quando o maior defensor dos direitos do índio era José Bonifácio. Na Constituição do Império ele propôs "respeito às terras que ainda lhes resta das quais é legítimo senhor". Foram estas as palavras da Patriarca da Independência. Assim, devemos reconhecer dois fatos: o índio é o legítimo dono das terras que ocupava e nós somos invasores. A primeira medida efetiva ocorreu na Lei das Terras, de 1850, que reconhece como terra dos índios aquelas que ocupavam com a restrição do domínio, ou seja, não poderiam vendê-la enquanto "seu estado de insensibilidade não permitisse que eles a ven-

dessem". Depois, a República reconheceu esse direito. Em 1910, o Regulamento do Índio endossa esta posse. Foi assim que o Estado do Rio Grande do Sul, dando cumprimento à lei, procura estabelecer o que é a terra dos índios. Naquela época são discriminadas e demarcadas as terras. Em 1922, o Estado também se compromete a fazer a assistência mesmo que o Governo Federal desistisse. Eram 80 mil hectares demarcados. Hoje só resta a metade.

Se a terra era do índio por direito e por lei, como o Governo do Estado permitiu que sua área fosse reduzida à metade?

Westphalen — Mas foi o próprio Poder Executivo estadual que fez esta redução. Um ato ilegal. Veja bem: se o índio é considerado relativamente

incapaz de administrar o patrimônio dele, ou melhor, o direito sobre o patrimônio dele não prescreve. Não existe usucapião em terra de índio. Por isto digo que o Governo do Estado procedeu de maneira ilegal. A primeira vez foi em 1941, quando o interventor, coronel Cordeiro de Farias mandou redemarcar as terras dos índios. E isso era uma fraude. Não houve a mínima justificativa. Os índios eram marginais e não tinham condições para reclamar. Em cima destas duas premissas, o Governo se achou com o direito de fazer a redemarcação. Por isso eu fiz uma denúncia: "Apesar de ter oficialmente demarcado a posse dos índios, determinou o Governo a fixação definitiva de área ao arripio da lei. No entanto a primeira era definitiva. Para avaliar as necessidades dos indígenas,

ficou estabelecido pelo critério da Secretaria de Agricultura que caberiam 75 hectares por família e 25 hectares para os índios solteiros, critério idêntico à concessão de terras aos colonos. "Aqui se revela que o Governo do Estado, na época, não entendia nada do problema do índio. É uma aberração equiparar o índio ao colono. As mentalidades são completamente diferentes. O colono tem a malícia, a ambição, a propriedade privada. O índio não. Mas tem mais: "As terras que excedessem os referidos limites seriam declaradas reservas florestais do Estado dando-se nelas aos índios o direito de caça e pesca na época permitida em Lei". Mas nós não podemos aplicar as nossas leis ao índio. Ele não reconhece o emissor da Lei. Juristas eméritos como Gabriel Tarde, afirmam que é inaplicável

a legislação aos índios, pois eles não têm a mesma identidade social.

Qual foi a explicação para a redemarcação depois que surgiram os primeiros protestos?

Westphalen — Depois de 30 anos de posse efetiva das terras pelo índio, o Estado faz uma redemarcação e afirma que pretendia apenas proteger a flora e a fauna porque estava "numa região típica". Mas região típica é toda aquela região. E se cometeu mais um crime pois esta reserva florestal que se pretendia defender a ferro e fogo foi dividida em cento e tantas famílias em 1962. Aproximadamente 2.500 hectares da reserva de 19.998 hectares foram vendidas para colonos. Veja bem: em 1911 a reserva de Nonoai tinha 34.980 e hoje, segundo os dados oficiais, apenas 14.910 hectares.

Qual o seu posicionamento diante destes fatos?

Westphalen — Fiz uma representação ao Governo Federal, fui ao Governo do Estado. Eu era tratado como alguém que se insurgisse contra o interesse público. No entanto, eu queria a legalidade, eu queria que a Lei fosse respeitada, eu queria o respeito pelos princípios da república de fraternidade e de liberdade. Eu estava defendendo minha Pátria de atos que a envergonhavam, que a deslustravam.

Qual o resultado concreto de sua ação?

Westphalen — Eu fiz a representação ao Governo do Estado e a recepção foi decepcionante. Eu saí convencido que tudo iria para a cesta do lixo, como foi. Então recorri ao Governo Federal, representando junto ao Procurador Geral da República contra atos ilegais.

Quem era o Procurador Geral da República?

Westphalen — Era o Geraldo Brochado da Rocha. Mas infelizmente ele estava doente e licenciado.

Quem era o governador?

Westphalen — Era o Meneghetti. Eu fiz a representação no tempo do Meneghetti. O Brizola já tinha saído.

E o que aconteceu?

Westphalen — Nada. Depois veio essa Revolução... e caiu tudo. Continuaram tratando o índio do mesmo jeito. Até hoje.

Isto inclui o governador Amaral de Souza, relacionado com um dos 15 maiores inimigos dos índios no documento entregue ao Papa João Paulo II em Manaus?

Westphalen — Não. O Amaral de Souza e o Guazzelli receberam essa situação. Já estava tudo dividido e invadido. O problema ocorreu na época dos governadores que precederam o Amaral e o Guazzelli. Aliás eu me lembro da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)...

Qual CPI?

Westphalen — A CPI que investigava a situação "dos silvícolas de Nonoai", concluída em 1969. Mas nada foi feito de concreto. Tinha uma resolução; a Assembléia Legislativa reconhecia a ação irregular do Estado e propunha medidas de reparação. Eu procurei saber no que daria esta resolução e um advogado da Assembléia me disse que "aquilo era apenas uma declaração bíblica, uma condenação de ordem moral". Para que serve uma CPI? Onde está a força do Poder Legislativo? Olhe para o que aconteceu com o toldo de Serrinha, no município de Ronda Alta. Em 1912 foi demarcado, em 1962 extinto. É de tal ordem a incompreensão que o Governo do Estado resolveu homenagear o marechal Rondon, criador do Serviço de Proteção aos Índios, dando seu nome à área roubada dos legítimos donos.

É UMA SUCESSÃO de assassinatos começando no descobrimento do Brasil e prosseguindo neste ano da visita do Papa. Em fevereiro, por exemplo, quatro meses antes da chegada de João Paulo II, o fazendeiro José Maria Moreira Barros matava os guajajaras Mateus e Moacir, em Barra do Corda, interior do Maranhão.

Em janeiro foi a vez dos caciques Angelo Pereira Xavier, da tribo pan-karará, na Bahia, e Angelo Cretá, líder kaingang. Em dezembro do ano passado, o padre Burnier, defensor dos índios, morreu assassinado. Em 15 de julho de 1976, 62 fazendeiros do Mato Grosso executaram o padre Rodolfo Lunkenbein e o bororó Simão Cristino.

Sempre foi assim. Em 1532, o primeiro governador geral desta Terra de Santa Cruz, Tomé de Souza, mandou prender dois caciques da região de Ubatuba e na frente das tribos, amarrar-os à boca de um canhão e disparou. A coroa de Portugal inaugurava oficialmente a "temporada de caça ao índio".

## ESCRAVOS

A escravização dos índios era regra geral na Colônia, mas uma capitania se destacou, a de São Vicente. Ao contrário de Pernambuco, onde a cana-de-açúcar era negócio rendoso, em São Vicente as coisas iam de mal a pior. Assim, João Ramalho e Brás Cubas

mudaram de atividade e passaram ao lucrativo comércio de escravos.

João Ramalho tinha conquistado a amizade de Tibiriçá, chefe dos guaianás, que lhe deu a filha Bartira em casamento. Dessa maneira, Ramalho não só dominou mais facilmente os guaianeses, como também contou com sua ajuda para caçar outras tribos da região. Os índios aprisionados eram vendidos para as demais capitanias.

Para as numerosas tribos que viviam entre Cabo Frio e São Vicente, ficou logo claro: ou lutavam, ou seriam todas escravizadas. O tupinambá Aimer, após fugir de uma fazenda de Brás Cubas, saiu convidando todas as tribos para unirem-se contra os portugueses. Foi assim que, em 1555, apareceu a Confederação dos Tamoios, que significava Confederação dos "Donos da Terra".

A guerra durou doze anos. Tibiriçá foi convidado por Aimer a lutar ao lado do seu povo, mas se recusou. Os índios atacaram São Paulo em duas ocasiões. Na segunda, apanharam as tropas portuguesas em Berlioga e mataram seu comandante, Fernão do Sâ, filho do governador Mem de Sá. Piratininga estava praticamente nas mãos dos Tamoios. Foi aí que chegou Anchieta propondo um acordo. Os índios exigiram que os portugueses libertassem os escravos, permanecessem nas terras já ocupadas e entregassem traidores como Tibiriçá. Os invasores concordaram com tudo e não ser entregar Tibiriçá.

# 500 anos de massacre

A paz durou pouco. Com reforços de Portugal, os portugueses atacaram novamente e terminaram a guerra em 20 de janeiro de 1567, no litoral do Rio de Janeiro. Os tamoios foram exterminados. Não foram poupadas nem mulheres nem crianças.

Três anos depois a Coroa legalizou o tráfico de escravos indígenas e determinou o extermínio daqueles que resistissem. O padre Antônio Vieira testemunha: "Quando cheguei ao Maranhão, em 1652, tudo isto estava despojado, consumido e reduzido a poucas aldeotas e toda aquela gente se acabou ou nós acabamos em pouco mais de trinta anos, sendo constantes a estimativa dos mesmos conquistadores que, depois de sua entrada até aquele tempo, eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões".

## AJURICABA

Também no Nordeste houve lutas. Em 1690, algumas tribos assoladas pelas secas formaram uma confederação, para reconquistar os vales úmidos tomados pelos brancos invasores. Na Amazônia, no século seguinte, o valente Ajuricaba conseguiu unir várias nações e oferecer resistência aos portugueses. Por traição, Ajuricaba foi preso e morto. Depois desta vitória, foi fundada Manaus.

Em 1729, a expedição de Belchior Mendes de Moraes matou 20 mil índios manaus as margens do Rio Branco. Mas se variou trazida pelos portugueses matou mais: aproximadamente 40 mil índios, só na Amazônia. Bom mesmo foi o marquês do Pombal. Em 1758, declarou os índios livres. Ordenou que sua terra fosse restituí-

da e retirou dos jesuítas o poder temporal sobre os indígenas. Foi um breve dscanso. O desenvolvimento da Colônia exigia novas terras e nessas terras, moravam índios.

Em 1798, Dom João VI permitiu que se fizessem "guerras justas" contra os índios "rebeldes". Ele era então príncipe-regente. Em 1808, quando chegou ao Brasil, decretou uma "guerra justa" contra os botocudos de Minas e Espírito Santo que "dificultavam" a exploração do ouro na região. Na sua região de caça.

As leis que permitiam a matança dos índios só foram revogadas depois da independência, já no período da regência, por influência de José Bonifácio de Andrada e Silva. Surgiram os decretos em favor dos índios, reconhecendo seu direito às terras que habitavam e estabelecendo medidas de proteção às suas comunidades. Mesmo assim, as matanças prosseguiram e chegaram aos nossos tempos.

## RONDON

Em 1900, a opinião pública pôs-se a favor da causa indígena. Tudo porque começou a apaixonar-se por um oficial do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, neto de índios. Durante a construção de linhas telegráficas, que atravessavam o sertão, Rondon adotava o respeito total às comunidades tribais e seus costumes.

Assim, em 1910, era criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com Rondon liderando, Rondon e sua política, baseada em quatro pontos:

- 1 — Morrer, se preciso for. Matar, nunca.
- 2 — Respeito às tribos indígenas como povos independentes.
- 3 — Garantir aos índios a posse da terra que habitam, e necessária à sua sobrevivência.
- 4 — Assegurar aos índios a proteção direta do Estado.

Quarenta anos depois, o próprio Rondon criticava a parte política do SPI que se mostrou impotente diante dos grandes grupos econômicos que aos poucos conseguiam comprar consciências e tomar a terra indígena. "A tendência é afastar o índio, "dizia o marechal", quanto possível, do contato pernicioso dos brancos. Já não se compreende a idéia errada de que os índios devem ser incorporados à nossa civilização".

Rondon já estava morto quando um fazendeiro deixou de presente sacos de açúcar envenenados com estricnina para os índios beijo-de-pau. Rondon já estava esquecido, quando a Colonizadora Arrua Junqueira, no Mato Grosso, metralhou uma tribo de índios. Quando foi iniciada a construção da Transamazônica que seria responsável pela aculturação de mais de cinco mil índios, não se falava em Rondon.